

QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/_____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.
(Assinatura – carimbo – CRM)



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Luiz Cursinho da Silva brasileiro(a) casado, carpinteiro, portador do CPF: 229.748.834-91 residente na Rua: Sítio Estreito, 2301, Bairro: Nir-Sopredo cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 06/11/2019

Contratante: Luiz Cursinho da Silva

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO
OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____



P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante: Luiz Guselino da Silva, brasileiro(a)-
casado, carpinteiro, portador do RG nº 00366686, e do
CPF nº 222.748.834-91, residente na
RUA: Sítio Estrada 2501, BAIRRO:
Divi-Sept Rosado cidade Mossoró - Rio Grande

do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN 7.469, EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB/PB 16928 podendo serem intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 06/11/2019.

Outorgante: Luiz Guselino da Silva.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Luiz Augusto da Silva, brasileiro, casado,
carpinteiro, com CPF nº 229.748.824.94 residente na
Rua Sítio Estreito nº 2501, BAIRRO: Nix-Sept Rosado
Moossoro-RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Moossoro-RN, em 06/11/2019.

Declarante: Luiz Augusto da Silva

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Luiz Augusto da Silva, brasileiro(a), casado, carpenteiro
portador do RG n° 000366686, e do CPF 229.748.84494 residente na
Sítio Estreito, na Cidade de Mossoró - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 06/11/2019.

Declarante: Luiz Augusto da Silva

CP - Decreto Lei n° 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

Nome
LUIZ EUSEBIO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
000366686 SSP RN

CPF
229.748.814-91

DATA NASCIMENTO
15/05/1956

FILIAÇÃO
GERALDO EUSEBIO DA SILVA
FIRMA AURORA DA SILVA

PERMISSÃO
00000000000000000000

ACC
00000000000000000000

CAT. HAB
A/B

Nº REGISTRO
02885681962

VALIDADE
18/02/2023

1ª HABILITAÇÃO
22/01/1993

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR
LUIZ EUSEBIO DA SILVA

LOCAL
MOSSORO, RN

DATA EMISSÃO
21/02/2018

ASSINATURA DO EMISSOR
Luiz Eddardo Machado Pereira
Diretor Geral - Detran/RN

14586735857
RN762779120

RIO GRANDE DO NORTE

DENATRAN **CONTRAR**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1563476063

PROIBIDO PLASTIFICAR
1563476063



NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

RUA MERMOSZ, 150, BALDO
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
Ligações Gratuitas:
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
-Ouvidoria 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços do Rio Grande do Norte-
ARSEP 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de Telefones Fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE!
JANAINA ROSA DE SOUSA COSTA

DATA DE VENCIMENTO
24/10/2019

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

17/10/2019

DATA DA APRESENTAÇÃO

17/10/2019

NÚMERO DA NOTA FISCAL

031788628

CONTA CONTRATO
7014975742

CLASSIFICAÇÃO
RESIDENCIAL
Monofásico
B1

ENDEREÇO
SI ESTREITO 2501 -DIX SEPT
ROSADO/AREA URBANA -59600-001
MOSSORO RN -

TOTAL A PAGAR
R\$ 101,09

PERÍODO CONSUMO
17/09/2019 a 17/10/2019

CONSUMO
77

ICMS - BASE DE CÁLCULO R\$ 0,00 Alíquota 18,00 valor do imposto R\$ 15,02

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VIA PARA PAGAMENTO

Destaque aqui

CONTA CONTRATO
7014975742

MÊS/ANO
10/2019

TOTAL A PAGAR
R\$ 101,09

VENCIMENTO
24/10/2019

TALÃO DE PAGAMENTO
Evite dobrar e perfurar ou rasurar.
Este canhoto será usado em leitora ótica.

838000000017 010900384074 014975742205 021787221735



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
2º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 035071/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 16/08/2019 09:52 Data/Hora Fim: 16/08/2019 10:20
Origem: Pessoa Física - Particular Data: 16/08/2019
Delegado de Polícia: Valtair Camilo de Paiva

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 2º Distrito Policial de Mossoró
Data/Hora do Fato: 29/07/2019 17:10

Local do Fato

Município: Mossoró (RN)
Logradouro: Sousa Leão

Bairro: Belo Horizonte

Ponto de Referência: CAIC
Tipo do Local: Via Pública

Natureza

1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)

Melo(s) Empregado(s)

Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: LUIS EUZÉBIO DA SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: RN - Mossoró

Sexo: Masculino

Nasc: 15/05/1956

Profissão: Carpinteiro

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: Firma Aurora da Silva

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 229.748.814-91

Endereço

Município: Mossoró - RN

Logradouro: Sítio Estreito

Bairro: Itapetinga

Telefone: (84) 98618-2649 (Celular)

Nº: 2501

Nome Civil: SR. CESÁRIO (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado(a)

Sexo: Masculino

Idade 70

Endereço

Município: Mossoró - RN

Logradouro: Sousa Leão

Bairro: Belo Horizonte

Nº: s/n

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

CPF/CNPJ do Proprietário 229.748.814-91

Renavam 00853720371

Número do Chassi 9C2KC08205R813361

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

Placa MYX3165

Número do Motor KC08E25813361

Ano/Modelo Fabricação 2005/2005



Delegado de Polícia Civil: Valtair Camilo de Paiva
Impresso por: Helder Emerson Nogueira Jerônimo
Data de Impressão: 16/08/2019 10:20
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
2º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 035071/2019

Cor AZUL	UF Veículo Rio Grande do Norte
Município Veículo Mossoró	Marca/Modelo HONDA/CG 150 TITAN ESD
Modelo HONDA/CG 150 TITAN ESD	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Meio Empregado
Última Atualização Denatran 10/05/2019	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Luís Euzébio da Silva	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

O comunicante declarou que conduzia a sua moto quando o autor do fato saiu da garagem da casa com o seu carro e avançou na via, vindo o comunicante a colidir contra a lateral dianteira do carro do autor do fato; Que sofreu queda da sua moto na via; Que não desejou representação criminal; Que o BO é para fins de DPVAT; Que o autor do fato o encaminhou ao HRTM; Que o comunicante é responsável pela presente declaração digitada; Nada mais disse nesta declaração.

ASSINATURAS

Helder Emerson Nogueira Jerônimo
Agente de Polícia
Matrícula 1690205
Responsável pelo Atendimento

Luís Euzébio da Silva
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei o(g)em, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil-Valtair Camilo de Paiva
Impresso por: Helder Emerson Nogueira Jerônimo
Data de Impressão: 16/08/2019 10:20
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA
BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 56708 /2019
Admissão: 29/07/2019 17:11:47

OK

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 45911 - LUIZ EUSEBIO DA SILVA (63 a 2 m 14 d)
Nascimento: 15/05/1956 Natural: MOSSORO, BRASIL Sexo: M Cor: PRETA
CNS: CPF: 22974881491 Prof: Pai: GERALDO EUSEBIO DA SILVA
Mãe: FIRMA AURORA DA SILVA
Logradouro: SÍTIO ESTREITO, 28 Cidade: MOSSORO
CEP: 59649899 Bairro: ÁREA RURAL DE MOSSORO
Telefone: 84.986333349 Compl:

Motivo (alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO Tipo: NÃO REGULADO
Origem: FAMÍLIA *Empresa:

OBS:							Classificação:	PESO:		
							29/07/2019 17:09:12			
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS	

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: 63 ANOS, REFERE COLISAO DE MOTO, QUEIXA DE CERVICALGIA, DOR INTENSA EM REGIAO GENITAL E LOMBAR. CONSCIENTE. ORIENTADO.
Hora: 17:20

PARCE-TE VITIMA DE ACIDENTE MOTO/CARRO HA 20 MINUTOS, REFERE USO DE CASCARETE, NEGA ALCOOLISMO, TRAIUO POR ALG-PANHA-TO, SE INOTROU AO SAMU, NEGA VÔMITO, DESMAIO, TONTURA, REFERE DOR E REGIAO GENITAL, NEGA CO-DOR-DA-DOES, REFERE ALERGIA A DICLOFENACO,

A - VIAS AERIAS PERVIAS, SE COLAR, COM CERVICALGIA A NOVINHE-TO, AUSCULTA DE DOR A PALPAÇÃO DOS PROCELOS ESPINHOSOS CERVICAIS

B - MULLI, SINTETICO, EXPANSIBILIDADE TORACICA SIMETRICAS, SPO2: 98%

C - FC: 80 bpm, PULSOS PRESENTES, CHEIOS E SIMETRICOS

D - PUPILAS FOTOREATIVAS, ISOCORICAS, GLAUCOMAS

E - DOR E REGIAO GENITAL A PALPAÇÃO E ESCUTAÇÃO CD

Diagn. Inicial: TRAUMA

PRESCRIÇÃO:

- 1) TILATIL MCG + ASO, EV. AGOM + SUSPENSÃO
- 2) AFINADIA 500 mg, 2-1 + 8-1 DE 12-12
- 3) TRAMAL/ROG 1-1, 2-1 + 100-1 DE 5-5, EV. AGOM

VSB para Exame
Análise de Urinologia

22/07/2019
SOLICITADO
DATA DE ENTREGA: 29/07/2019

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
BAME MOSSORO 14 108 12019

BAME / ARQUIVO

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID _____ Proc. _____ Data: ____/____/19. Hr: ____:____:____ Médico: _____
(Assinar e Carimbar)
*Gerado via SX por MARIA DO CARMO DE LIRA SILVA. Impresso em 29 de Julho de 2019.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

REQUISIÇÃO DE PARECER

Nome: Luiz Enyrio Idade: 63 Nº Reg. _____

Serviço: C. Geral Enfo: _____ Leito: _____

AO SERVIÇO: Urologia

MOTIVO DA CONSULTA: (Especificar os dados sobre os quais deseja opinião e enumerar os principais sintomas do enfermo)

Paciente vítima de queda de moto
com trauma direto na região
do cotovelo direito C5/6 onde
for evidenciada a hemorragia
testicular esquerda Hemostase
solicitada por médico j. B. et al

Mossoró, 29 de Julho de 20 19

Dr. Jefferson Teodoro Neto
Cirurgião Plástico
CRM-RN 8223
Médico que solicita o parecer

PARECER: vacuol

Condutor testicular res.
reflexo de.

usg. Pequeno Hematoma.

n. dist. confusão de
Am e At 13

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
14 08 2019
BIM

SAME/ARQUIVO



Dr. Hallison Castro

CRM: 6878
RQE 1890


Urologista pela Santa Casa de São Paulo
Membro da Associação Americana de Urologia
Titular da Sociedade Brasileira de Urologia
Mestrado pela Santa Casa de São Paulo

LUIZ EUSEBIO DA SILVA

LAUDO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE ACIMA FOI VÍTIMA DE TRAUMA TESTICULO ESQUERDO, EVOLUIDO COM HEMATOMA E CONTUSÃO NO TESTICULO ESQUERDO, NECESSITANDO DE CIRURGIA.

quarta-feira, 14 de agosto de 2019


Dr. Hallison Castro
CRM 6878

Clínica CEMED. Rua: Pedro Velho, 161. Tel/Whats: (84)8830-8181

Clínica Oitava Rosado. Rua: Juvenal Lamartine, 144, centro. Tel/Whats: (84)8890-6156

Facebook/Instagram/Youtube: [drhallisoncastro](#)





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

RELATÓRIO MÉDICO

Paciente Luiz Emílio Silva
foi vítima de acidente auto-
mobilístico em Julho de 2013.

Apresenta como seqüela do ac-
cidente, atrofia testicular CID R50

Data: 11, 12, 13.

Dr. Renato Fernandes
RACIÓLISTA
CRM 5121

Assinatura e Carimbo

Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Fone: (84) 3315-4830 - Mossoró - RN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
Nº 014100282873

VIA 1 COD RENAVAM 00883720371 RENTRO ***** EXERCÍCIO 2019

NOME LUIZ EUSEBIO DA SILVA

CPF/CNPJ 229.748.814-91 PLACA MYX3166

CHASSI 9C2KC082058813361

ESPÉCIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN ESD

ANO/FAB 2005 ANO/ACQ 2005

CAT/POT/CIL OCV/149 CILINDRADAS PARTICULAR

COTA UNICA 11/04/2019

VENC. COTA UNICA 1º PAGO 2º PAGO 3º PAGO

PARCELAMENTO/OCTAS 002809 3K R\$ *****

PREMIO TARIFARIO (R\$) ICF (R\$) TAXAS DETRAN: PAGO 4** DPVAT: PAGO

PREMIO TOTAL (R\$) OBSERVAÇÕES

MOTOR: KC08e25813361

DATA 10/08/2019

MOSSORO/RN

Carlos Eusebio da Silva

Coordenador de Registro de Veículos

DETRAN-RN

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SOBRECARGA A PESSOAS EM TRANSITO, NADA DAS OUTRAS, SEGURO DPVAT

RN Nº 014100282873 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1 EXERCÍCIO 2019 DATA EMISSÃO 10/05/2019

CPF/CNPJ 229.748.814-91 PLACA MYX3166

SENAVAL 00853720371 MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN ESD

ANO FAB 2005 CAT TIRE 9 NR CHASSI 9C2KC082058813361

PREMIO TARIFARIO

PMS (R\$) DEVATAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) ICF (R\$) TOTAL SEGURO SEGURO (R\$)

COTA UNICA PAGAMENTO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO

SEGURO LÍDER - DPVAT

CNPJ 16.242.002/0001-66

MAI-2018



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0811105-19.2020.8.20.5106

AUTOR: LUIZ EUSEBIO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Nos termos do Anexo VIII, da Lei Complementar nº 643, de 21 de dezembro de 2018, a competência para processar e julgar os feitos relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), pertence a 5ª e 6ª varas Cíveis desta Comarca, por distribuição.

Isto posto, remetam-se estes autos, por distribuição, ao Juízo da Quinta ou Sexta Varas Cíveis desta Comarca, com as cautelas legais e a necessária baixa na distribuição.

C u m p r a - s e .

Mossoró/RN, 31 de julho de 2020

Manoel Padre Neto

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente, na forma da Lei nº 11.419/06)



CIENTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0811105-19.2020.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: LUIZ EUSEBIO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial juntando aos autos comprovante de requerimento administrativo, sob pena de indeferimento da inicial.

P.I.C.

MOSSORÓ/RN, 21 de agosto de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Segue em anexo



MOSSORÓ ADVOGADOS & ASSOCIADOS

Wamberto Balbino Sales

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto

Mossoró – Rio Grande do Norte

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Processo nº 0811105-19.2020.8.20.5106

Autor: Luiz Euzébio da Silva

Douto Julgador. (a),

Luiz Euzébio da Silva, já devidamente qualificado nos autos da presente ação, a qual tramita perante este juízo, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A., por intermédio de sua bastante procuradora que a esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, em atendimento a despacho proferido nos autos cadastrado sob o Id 58934644, expor e ao final requerer o seguinte:

Com relação ao pedido de comprovação de requerimento administrativo prévio, aduz o promovente que o mesmo segue em anexo, no intuito de instruir a lide, conforme solicitado.

Pelo exposto requer a juntada do aludido documento aos autos, pugnando pelo prosseguimento do feito.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mossoró-RN, 03 de setembro de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

-OAB/RN 7469-





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190633152

Vítima: LUIZ EUSEBIO DA SILVA

Data do Acidente: 29/07/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: MARIA LUCIA DA SILVA

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), LUIZ EUSEBIO DA SILVA

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00589/00590 - carta_07 - INVALIDEZ

00050295



Carta nº 15315371





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva, Mossoró-RN - CEP 59625-410

Processo nº: 0811105-19.2020.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Parte Autora: LUIZ EUSEBIO DA SILVA

Parte Ré: SEGURADORA DPVAT

CERTIDÃO

Certifico que a parte autora se manifestou tempestivamente no ID 59462013 em cumprimento ao Despacho de ID 58934644. Pelo exposto, faço os autos conclusos.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 4 de setembro de 2020

ALINE ALVES DE MENESES

Auxiliar de Secretaria

CONCLUSÃO

NESTA DATA, faço conclusão destes autos.



Mossoró/RN, 4 de setembro de 2020

ALINE ALVES DE MENESES

Auxiliar de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0811105-19.2020.8.20.5106

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 10 de setembro de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito



Ciente do despacho cadastrado sob o id 59640781





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0811105-19.2020.8.20.5106

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 10 de setembro de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito

